



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2012-----

----- ATA NÚMERO VINTE / DOIS MIL E DOZE -----

----- Aos dezassete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e doze, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinária e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Paulo César Sanches Casinhas da Silva Vistas e Vereadores Doutor Marcos de Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos, Ricardo Lino Carvalho Rodrigues, Doutora Anabela Damásio Caetano Pedroso, Engenheiro Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob, em substituição da Senhora Vereadora Professora Doutora Luísa Maria Gentil Ferreira Carrilho, Engenheiro António Ricardo Henriques da Costa Barros, Ricardo Júlio de Jesus Pinho e Engenheiro Amílcar José da Silva Campos.-----

----- Faltaram as Senhoras Vereadoras Doutora Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues Oliveira, tendo a Câmara considerado justificadas as respetivas faltas.-----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS: -----**

----- Às dezassete horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes.-----

**2 - APRESENTAÇÃO DA TRATOLIXO: -----**

----- Relativamente à empresa TRATOLIXO o **Senhor Presidente** começou por dizer que os Vereadores da Câmara Municipal de Oeiras, tinham vindo a ser informados do ponto da situação da empresa através do Relatório e Contas, embora também já tenham vindo a ser informados das diferentes reafirmações de posição que deveriam ser tomadas no que dizia respeito a esta questão, assim como da estratégia de comunicação que a AMTRES deveria tomar em conjunto com os quatro presidentes de câmara sobre esta matéria, tendo havido sempre recuos por parte destes, apesar da sua posição na última Assembleia Intermunicipal, que foi a de

ter que ser tomada uma posição pública rapidamente, mas o que aconteceu foi que os Presidentes de Câmara de Cascais e de Sintra tinham-se oposto a essa estratégia, porque diziam acreditar que se ia encontrar uma solução, não se tendo ainda disponibilizado, apesar de já ter havido várias reuniões marcadas para fazer essa comunicação pública em que seria envolvida a TRATOLIXO e a SANEST em simultâneo. -----

-----Referiu que a última assembleia tinha sido há quinze dias em Sintra, com os presidentes de câmara, onde ficou decidido fazer-se alguns contactos com a banca, tendo também tido a oportunidade de informar os Senhores Vereadores da reunião que se realizou em Março com os banqueiros, a qual lhe deu algum prazer apesar de tudo, porque de alguma forma vingou todos os seus traumas relativos às finanças, mas que pelos vistos deu resultado porque até trinta e um de Março tinha que se proceder ao pagamento de oito milhões de juros e estava-se em Outubro e ainda não tinha sido feito o pagamento. -----

-----A banca ficava muito zangada com as cartas que o doutor Domingos Saraiva lhe enviava e ainda ontem tinha falado com o Presidente da Câmara de Sintra que lhe disse que iria fazer uma segunda ronda de contactos. -----

-----Acrescentou que, entretanto, teve oportunidade de falar com o adjunto da Senhora Ministra do Ambiente na abertura da Expo-Água e transmitiu-lhe que não estaria a ver bem o problema, porque este assunto não era só uma questão técnica e financeira, era também política e se pensava que isto sobrava, exclusivamente, para os municípios, não era verdade. -----

-----Entretanto, o Senhor Adjunto disse-lhe que tinha um assunto muito importante para lhe comunicar. A Senhora Ministra do Ambiente tinha autorizado que a VALORSUL continuasse a acolher os resíduos. Fez-se desentendido e disse-lhe que era uma grande notícia, entretanto foi-lhe transmitindo aquilo que os presidentes de câmara não quiseram dizer em público. ---- -----

-----O Senhor Adjunto ficou admirado porque talvez nunca ninguém lhe tivesse falado



Câmara Municipal  
de Oeiras

nisso, quando lhe disse que os municípios, pelo menos Oeiras, não iriam estar de acordo com a renovação do contrato da SANEST.-----

----- Parecia que tinham muito adiantado o processo de concessão do sistema de junção de passagem da SANEST para a SIMTEJO, que segundo crê irá até à Cova da Beira numa só empresa, tendo como objetivo a solidariedade no litoral para o interior, de modo que teve oportunidade de lhe dizer que a SANEST iria bloquear tudo aquilo. -----

----- Esclareceu também, que a razão desta apresentação se prendia com o andamento das obras e da situação financeira, porque estava convencido que muito rapidamente terá que ser tomada uma decisão e assim os Senhores Vereadores ficariam mais esclarecidos. -----

----- De seguida, o **doutor Domingos Saraiva** na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, começou por dizer que falar da TRATOLIXO não era muito fácil, visto que era um processo muito complexo. -----

----- De qualquer modo ir ao princípio dos problemas da TRATOLIXO ao fim de cinco anos de atividade e responsabilizar questões anteriores poderia tornar-se ridículo, daí ter-se focalizado na situação atual, nas soluções que pensava poder ainda existir e, eventualmente, regressar ao passado se se justificar encontrar algumas das razões que levaram à situação difícil da empresa.-----

----- Começou pela situação do Eco Parque da Abrunheira, em Mafra, cujo projeto deveria ter sido iniciado em dois mil e quatro e a sua construção deveria ter tido início em dois mil e seis e estar concluído e dois mil e oito, no entanto em dois mil e doze não estava terminado. -----

----- Houve um conjunto de problemas de diversa ordem. Na primeira fase por não terem sido acauteladas questões relacionadas com a disponibilidade e com as autorizações sobre os terrenos, com um conjunto muito complicado de questões, só faltou existirem problemas da área de achados arqueológicos. -----

----- Em dois mil e nove voltou a impedir o arranque das obras por mais algum tempo, por

não ter sido observado nos projetos a distância à autoestrada que, entretanto, tinha sido construída. -----

-----Em dois mil e nove já com o processo financeiro cada vez mais degradado, porque cada mês que passava a TRATOLIXO não tinha solução e, por isso, ia agravando as suas situações financeiras com custos elevados de soluções de emergência para transportar resíduos e colocá-los noutra sítio, que não era livremente funcional e tinha custos diferidos. -----

-----Com uma tarifa que não era a real, era possível acumular custos diferidos e juros, porque uma parte importante do financiamento bancário tinha sido utilizado antecipadamente com acumulação de juros, ou seja, era uma situação que cada vez se agravava mais, podendo hoje dizer que talvez em dois mil e sete a solução mais adequada teria sido parar tudo, ou seja, regressar ao ponto zero e não tentar recuperar nada. -----

-----Olhando para trás, hoje, seria fácil ver isso, naquela altura essa sensibilidade chegou, o que não havia era possibilidade de o demonstrar, porque não conseguia dominar todo o processo completamente amarrado em que aquela empresa se encontrava. -----

-----Acrescentou que, quando chegou em dois mil e sete à empresa, poucas semanas depois o Sindicato Bancário com o argumento de que haveria um conjunto de temas que estavam por tratar, desde o encerramento da COLEU, da venda da Trato Hospital, que eram obrigações contratuais assinadas em dois mil e cinco e que não tinham sido tratadas, entre outras, pela dívida que existia dos Municípios à TRATOLIXO, a qual na altura rondava os dezoito milhões de euros, apesar de ter havido uma recuperação de dívida. -----

-----Quanto à suspensão de um financiamento em plena fase de obras foi dramático, porque se começou a ter incumprimento para com os empreiteiros, começando a ter consequência dos juros provocados por atraso dos pagamentos e, quem geria, começava a não lançar os concursos complementares, porque não tendo assegurado o financiamento era um suicídio lançar concursos, para além de a legislação ter sido alterada e o lançamento e a abertura



Câmara Municipal  
de Oeiras

de concursos, que depois não tinham adjudicação, poderiam ter consequência de pedidos de indemnização com algum significado sobre cada concurso.-----

----- O processo de construção da Abrunheira, vencidas as questões de ordem técnica e de alteração do projeto inicial, a que chamou de processo lunático, porque tentar construir uma unidade que tratava, exclusivamente, de resíduos sólidos urbanos separados na origem, daria o que aconteceu no planalto beirão onde estava uma instalação fechada há dez anos, sendo isso que iria acontecer cá em baixo se o projeto não tivesse sido alterado. -----

----- Vencido o problema da primeira recuperação do projeto de lançamento que levou cerca de um ano a ser recuperado, retomou o ciclo de obras e as câmaras obtiveram apoios financeiros dos bancos para pagar as suas dívidas, reconquistando-se o funcionamento e passado ano e meio quando a central de gestão anaeróbica estava praticamente pronta, a ETAR e o aterro em construção, que era o conjunto das três componentes do Eco Parque da Abrunheira, voltou a existir o incumprimento do pagamento atempado a cento e vinte dias das faturas correntes e, segundo a sua opinião, apesar de isto ser uma cláusula contratual, o Sindicato Bancário voltou a pôr em causa o financiamento, suspendendo aí com consequências desastrosas. -----

----- Antes disso devido a um financiamento interrompido e à sua retoma, o Sindicato Bancário aplicou um novo “spread” com efeitos retroativos, o que representou no plano global um acréscimo de vinte e cinco milhões de euros de encargos ao projeto. -----

----- Foi seu entendimento que isso era uma brutalidade, mas era a condição imposta entre ficar parado ou retomar o processo e passado cerca de um ano voltaram a suspender baseados única e exclusivamente no atraso de pagamento de faturas e só para se ter uma ideia falava-se de uma cláusula que existia sem dúvida alguma e que dizia que as câmaras tinham que cumprir o pagamento a cento e vinte dias e que quando não cumprissem o Sindicato Bancário tinha a possibilidade de suspender o financiamento e pôr em causa todo o processo, tal como aconteceu, apesar de ter havido várias reuniões, explicações, apresentação de dados, de esclarecer quais

eram as consequências que daí vinham a nascer, da urgência de parar as obras, de se pagarem indemnizações por paragem, de se pagarem juros, de se ter perdido participação comunitária, uma vez que o QCA Dois aprovado neste projeto terminava em dois mil e onze e tinham que se entregar as faturas pagas até Dezembro de dois mil e onze, para se receber o financiamento bancário, tinham as faturas, os trabalhos realizados, mas não se tinha pago e havia a dívida aos fornecedores e, apesar de tudo isto lhes ter sido explicado, não só suspenderam o contrato, como retiveram vinte milhões de euros que estavam contratualizados e a TRATOLIXO não acabou as obras, perdendo oito milhões junto do financiamento comunitário, com outra agravante, visto que parte deste valor posteriormente acabou por ir sendo pago com o valor da tarifa, levando a empresa a uma situação de rotura junto de fornecedores de conta corrente. -----

-----Acrescentou que, não queria responsabilizar única e exclusivamente o Sindicato Bancário desta situação, nem o poderia fazer uma vez que havia responsabilidade da empresa no próprio processo.-----

----- O que hoje levava a uma situação de conflito latente entre o Sindicato Bancário e a Administração da TRATOLIXO, foi o facto de colocarem numa carta aquilo que pensaram que aconteceu e não entenderam como é que se fecharam os olhos, como é que se impedia a finalização da obra, como é que se impedia a possibilidade de ir buscar cinquenta e oito por cento de oito milhões de euros aos fundos comunitários, com mais dois milhões que terão que ser devolvidos por incumprimento, apenas e tão só porque as câmaras se atrasaram a pagar a cento e vinte dias, apesar de esta cláusula estar escrita, ela foi mais importante para a banca do que todas as consequências que dali nasceram.-----

-----Perante a situação, a administração da TRATOLIXO tinha vindo a gerir de uma forma quase milagrosa o pouco dinheiro que lhe restava. Por um lado, a acabar as obras que eram essenciais ao funcionamento da central de gestão anaeróbia. -----

-----Passou a explicar a complexidade em relação à central, ou seja, ela estava pronta e ia-



Câmara Municipal  
de Oeiras

se entrar num período de seis meses de testes para lhes ser entregue e a ETAR não estava acabada e sem ela a central não podia funcionar, correndo-se o risco de não se fazerem os testes, o empreiteiro rescindir o contrato não tendo quaisquer obrigações por não terem sido cumpridos os testes e a comunidade obrigar a que fossem devolvidos os dezanove milhões de euros que tinham cofinanciado a central, porque no final do ano em curso irá haver uma inspeção e a central tinha que estar a funcionar em pleno. -----

----- Toda esta situação poderia acontecer porque havia uma cláusula no contrato assinado em dois mil e cinco, que permitia ao Sindicato Bancário suspender o financiamento e pensar que por esta razão se punha tudo isto em causa e se fechava numa posição, ou seja, se não cumprir, a verba ficava suspensa, sendo um pouso difícil de entender. -----

----- Referiu ainda, que havia muita documentação escrita sobre essa matéria, porque tinha havido a preocupação de remeter alguma informação, concretamente, aquela que lhe parecia mais relevante para as câmaras, para que pudessem acompanhar o processo. -----

----- Estava disponível para fazer uma demonstração de todas essas consequências, sendo certo que tinha estado focado num problema que consistia em acabar os testes, arranjando para isso uma solução onerosa para terminar a ETAR. -----

----- Esclareceu que houve um momento importante, porque entretanto os empreiteiros não abandonavam as obras, mas ameaçavam rescindir com direito a indemnização e o que a empresa fazia era rescindir os contratos, propondo um acordo, para que não tivessem que pagar indemnizações muito violentas. -----

----- Ontem, conseguiram que um empreiteiro de relevo nessa área começasse a construir a ETAR. Convenceu-o, dado que havia disponibilidade de um milhão e meio de euros e para completar a obra previa-se um custo de três vírgula três milhões de euros, dando a empresa como garantia o adiantamento imediato de um milhão e meio de euros, protelando o pagamento para daqui a alguns meses, estando a empresa focada de que aquela ETAR estivesse a trabalhar para

que quando a inspeção fosse efetuada, se conseguisse justificar que o projeto estava em execução.-- -----

-----Prosseguindo, salientou que a TRATOLIXO, internamente, necessitou de fazer aquilo a que se chamava de Plano de Contenção e de Sustentabilidade. -----

----- Sabendo que foram desviadas verbas que deveriam ser para pagar a fornecedores de conta corrente e que tinham sido enviadas para investimento, asseguraram-se alguns investimentos com recurso às mesmas e propuseram aos fornecedores o acordo de pagar em três anos as dívidas que tinham, o que foi aceite através de um plano. Outro fornecedor de investimentos a cinco anos, tentando dilatar neste período a responsabilidade de pagar e, agora, irá ter que encontrar uma forma de financiamento. -----

-----Isto foi feito para retirar o perigo de qualquer um deles poder pedir a insolvência da empresa a qualquer momento e para que essa hipótese fosse afastada, foi feita esta negociação que estava retratada num documento formal que foi aprovado e que por parte da empresa estava a ser cumprido. -----

-----Observou que, além desse plano de contenção e de sustentabilidade também se focaram noutras questões. Internamente definiu quais eram os pontos fundamentais para funcionar e tudo o que não era essencial ao funcionamento a TRATOLIXO prescindiu, tendo sido cortados todo o tipo de custos que por norma todas as empresas tinham e que não eram fundamentais. -----

-----Renegociaram todos os “outsourcing” que tinham, substituindo-os por pessoas que entretanto estavam a ficar libertas das suas funções com a construção da nova ETAR dando-lhes formação para fazer essas funções e com esta nova atitude deveria haver pessoas excedentárias, nomeadamente, em Trajouce, entretanto, como o Senhor Presidente referiu, através de uma oportunidade que se criou, porque a Senhora Ministra assinou, mas a oportunidade não foi criada por ela, foi fruto de grandes negociações, fruto da crise, dado que havia um enorme decréscimo



Câmara Municipal  
de Oeiras

na produção de resíduos. -----

----- As instalações que estavam dotadas para tratarem de resíduos começavam a ter um problema, visto que também estavam previstos um conjunto de proveitos que deixaram de ter e haviam custos que não deixavam de ter, como era o caso da VALORSUL, por duas razões, uma porque fez uma reformulação importante no seu processo e aumentou a capacidade disponível e outra porque como havia um decréscimo importante da entrada de resíduos, tinha neste momento um “GAP” que previa projetar um conjunto de anos, tendo a empresa feito um negócio, que foi encaminhar cerca de cento e cinquenta mil toneladas por ano, durante todo o período do contrato de concessão. -----

----- A tarifa da VALORSUL acrescida de cinco por cento era a multa que eles davam por ser participantes no capital e tinha como vantagens para a TRATOLIXO porque era quase quarenta e cinco por cento dos seus resíduos sólidos urbanos diferenciados a uma boa tarifa, permitindo-lhe encerrar praticamente Trajouce que era uma instalação velha, cheia de problemas, com custos elevados a exigir investimentos significativos, para continuar e tratar os restantes resíduos na Abrunheira e Mafra, ficando ao fim e ao cabo Trajouce a ter que funcionar como uma estação de transferência dos resíduos que eram produzidos na zona sul do sistema que eram setenta por cento dos resíduos da TRATOLIXO que serão encaminhados para a Abrunheira para serem lá tratados, passando a entregar a Mafra a totalidade e o norte de Sintra passava a entregar diretamente, existindo aqui uma vantagem, sendo certo que para a TRATOLIXO trazia a responsabilidade de tratamento destes resíduos.-----

----- Recordou um modelo que tinha sido pensado há uns anos, que exigia que todas as viaturas de recolha dos quatro municípios tinham que ir descarregar a Mafra, não sendo estes custos suportados pela TRATOLIXO, mas sim pelas Câmaras, o que significava que qualquer viatura da zona sul iria perder duas ou três horas para fazer a viagem até lá, o que era completamente impossível de executar. -----

-----Acrescentou que, o contrato com a VALORSUL veio garantir uma estabilidade de funcionamento e um valor significativo, ficando a empresa com uma fatura anual na ordem dos cinco vírgula dois milhões de euros de serviços prestados pela VALORSUL. -----

-----Quanto à Abrunheira disse que estava em fase de testes, a fábrica estava praticamente toda testada, funcionando dentro dos parâmetros previstos, só que o revestimento dos bio testores tiveram um problema cuja responsabilidade foi do construtor e assumida por ele, pelo facto de o material ter estado, aquando da sua aplicação, ao sol, durante o mês de Agosto, o que obrigava a que, neste momento, os reatores tivessem que ser despejados, mas o problema estava controlado.

-----De qualquer forma na Abrunheira já estavam a ser tratadas por dia duzentas toneladas de lixo e em vez de se estar a produzir energia, estava-se a fazer composto, o ciclo estava completo e assim que o primeiro bio testor estivesse pronto, começava-se a produzir energia, havendo uma previsão de que até ao final do ano já se estivesse a produzir numa situação normalizada, existindo também o problema de continuar a transportar os lixos enviados para o exterior, visto que a ETAR só ficará pronta em meados do ano que vem. -----

-----Relativamente ao aterro, disse que ele estava praticamente pronto, no entanto, o contrato estava suspenso porque a empresa não tinha verbas e não sabia onde é que se ia financiar para o terminar, o que obrigava a que os rejeitados da instalação fossem transportados para o aterro, tendo já sido negociadas boas condições para o ano de dois mil e treze, de modo a encontrar-se uma solução para o concluir, sendo certo que hoje custava cerca de trinta e nove euros colocar os rejeitados no exterior com transporte e se se tiver o aterro passará a custar dezoito euros por tonelada e eram estas as economias que se criavam estando o modelo a funcionar, quando ele não estava a funcionar existiam os disparates dos valores que estavam em cima da mesa.-----

-----Continuando, referiu que a empresa estava a realizar um trabalho árduo de preparação do orçamento, o qual era obrigatório ser a cinco anos de acordo com a ERSAR,



Câmara Municipal  
de Oeiras

estando a deparar-se com as dificuldades de orçamentar um modelo que para o ano ainda não estava completo e que tinha custos adicionais por não estar tudo acabado, vindo a revelar alguns indicadores que deixavam muita preocupação, visto que as relações com a banca estavam cortadas, nem a amortização de capital era paga, nem os juros, embora fossem contabilizados. ---

----- Quanto à estratégia da banca que foi seguida e sobre a qual assumia a total responsabilidade foi que a TRATOLIXO tentou que a mesma entendesse o processo. No Sindicato Bancário não havia um líder, como tal, cada questão que era discutida tinha que ter o acordo dos quatro bancos, tendo havido uma altura em que foi proposto à banca uma solução para que pudesse utilizar os vinte milhões que lá tinham ficado, até para ir tentar buscar o dinheiro da comunidade a tempo e horas, mas bastou um banco dizer que não estava de acordo para isto não ser possível.-----

----- Observou que, há três meses formulou uma proposta à banca, onde disse que naquelas condições não iam conseguir pagar, de modo que sugeriu que ficassem com a empresa porque era deles de acordo com o contrato. Sugeriu que constituíssem um veículo e a empresa assumia o compromisso de contratualizar o aluguer dessas instalações já prontas durante trinta anos, em que a renda seria o pagamento da dívida. Seria uma forma de não terem uma dívida para resolver no seu passivo e para a empresa era uma dívida que não se conseguia pagar de outra forma, mas podiam ter uma renda desde que libertassem oito milhões.-----

----- Ao fim de dois meses desta proposta ter sido elaborada, recebeu uma carta a dizer que não aceitavam que a empresa pagasse dessa maneira.-----

----- Antes de tudo isto num determinado momento entendeu que seria importante mandar auditar todo o “project finance” em termos de utilização das verbas, tendo esta situação apanhado dois ciclos na administração da empresa que podiam ser auditados.-----

----- Auditoria essa que veio revelar questões que em termos de contencioso eram interessantes e os Administradores estavam preparados para esse contencioso senão estariam na

posição de passar uns anos sentados no chão e os senhores dos bancos sentados nas suas cadeiras. --- -----

-----Salientou que os juros da dívida eram de vinte e três vírgula cinco euros por tonelada e era este valor e não quinze euros por causa do agravamento do “spread” e, mais, o “project finance” tinha sido assinado sem o estudo de viabilidade económico finalizado, quem terminou esse estudo já tinha sido a atual administração em dois mil e oito e mesmo assim levou mais de um ano a negociar com a banca, tendo surgido nessa altura tarifas, interrompendo o **Senhor Presidente** para dizer que o primeiro estudo apresentado previa que estes quatro municípios produzissem mais lixo do que aquilo que produziam, frisando o **doutor Domingos Saraiva** que encontrou esse documento da CISAD de dois mil e cinco há muito pouco tempo e segundo julgava, era uma análise que o documento pedia, em que esta indicava que o custo por tonelada da unidade energética seria de cinquenta e cinco euros por tonelada, isto só para o custo da exploração, apostando a CISAD com toda a evidência que uma unidade deste tipo iria custar entre trinta e cinco e cinquenta e cinco euros, só a exploração daquela unidade. -----

-----Prosseguindo, observou que o resultado final que se iria ter da TRATOLIXO, da sua tarifa e das suas responsabilidades, seria uma evidência do que se passou durante dez anos naquela empresa, tanto no bom como no mau. -----

-----Frisou que Trajouce nunca teve uma ETAR a funcionar, nem tinha licença e a SANEST não recebia o lixo enviado de Trajouce sem ser tratado porque era ilegal. O custo de exploração dessa ETAR mesmo não tendo atividade era de um milhão de euros, mas quando a tarifa aparecesse toda a gente ia ficar surpreendida, mas ela não era comparável com nada, dando o exemplo que havia investimentos feitos que nunca tinham funcionado, tendo já sido elaborados relatórios sobre essa matéria e agora estavam nas amortizações. -----

-----As amortizações do imobilizado irão valer dezoito euros por tonelada e se juntar a estes vinte e três euros e cinquenta cêntimos para pagar, os juros ficavam com quarenta e um



Câmara Municipal  
de Oeiras

euros por tonelada, o que começava a ser um disparate, mas se tudo tivesse sido bem feito desde o princípio, não se estaria numa situação tão dramática, sendo certo que houve um conceito completamente errado de se fazer e de prosseguir uma solução desta natureza.-----

----- De seguida, referiu que quando chegou à empresa em dois mil e sete e não a dominando de modo algum, houve um dia que teve a sensação que estava perante uma coisa impossível, perguntando a si mesmo se conseguiria reunir com os seus quatro presidentes, explicando-lhes que seria melhor parar, mas não conseguia explicar isso, fundamentalmente, primeiro porque não dominava o processo e também porque já era impossível voltar a atrás, estavam gastos os cinquenta e seis milhões de euros do “project finance” em coisas que nada contribuíram para o projeto. Portanto, como é que era possível explicar a alguém que teria que assumir essa responsabilidade e abdicar de tudo isso, não era possível, pelo menos não o conseguiria fazer e hoje olhando para trás dizia que tinha pena de não ter tido essa capacidade, porque apesar de tudo teria sido a melhor solução, mas, infelizmente, houve um conjunto de problemas adicionais, nomeadamente, de ordem financeira e hoje estava perante um problema que tinha que ser resolvido em primeiro lugar com grande transparência. -----

----- Durante estes cinco anos fez um esforço enorme com uma tarifa minimamente equilibrada, sabendo que havia custos diferidos, não concordando com estes, visto que era uma forma de estar a disfarçar os custos que existiam e que estavam a ser atirados para um futuro que não sabia qual era e contabilisticamente iam herdar um custo com resultados negativos transitados, que na altura estavam em cerca de dezasseis milhões de euros, ou seja, também se viam impossibilitados por questões deste género.-----

----- Agora, tudo isto tinha que ser posto nas suas prateleiras, tinha que ser identificado, ou seja, da tarifa à tarifa e o que não era desta tinha que ser isolado e encontrar formas de financiamento a longo prazo, talvez trinta anos e encontrar formas de quem é que ia participar, eventualmente, até junto do Poder arranjar uma forma de financiar alguma parte, sendo este um

trabalho que estava a ser feito ao pormenor e com muito custo, aliás, em termos sociais tinham começado a cortar tudo, todos os benefícios que existiam, nomeadamente, cortes na isenção de horários de trabalho que teve como consequência a perda de dois subsídios e também na área da formação, assim como dispensando até pessoas de uma forma pacífica, sem grandes conflitos. ---

-----Em termos de custos de exploração também tinham sido exigentes na tentativa de focar a empresa naquilo que era dela, embora gostasse muito de participar em campanhas, de ter camisolas e “t shirts” e de fazer outras coisas, mas não se fazia nada, estava tudo cortado, era quase uma economia de guerra, mais que não fosse para dar o exemplo. -----

-----Em relação aos contratos foram todos renegociados, sendo necessário evidenciar onde é que estavam os problemas e a única forma de os atacar era tornar-se claro de onde é que era proveniente a tarifa, fosse do transporte, fosse da exposição em aterro. -----

-----Referiu que eram necessários três vírgula três milhões de euros para acabar a ETAR, mas não os tinha e, por essa razão, o contrato teve que ser rescindido e o tratamento complementar que arranjou para não pôr em causa o contrato custava sete milhões de euros por ano, mas como não tinha o financiamento garantido ninguém a queria fazer, o que era desesperante.-----

-----Para o aterro eram necessários cinco vírgula cinco milhões, se houvesse aterro eram depositadas as cento e cinco mil toneladas de rejeitados mais as restantes no aterro a dezoito euros a tonelada no máximo, sendo desesperante pôr-se cá fora a tonelada a quarenta euros, tendo esta situação sido um desespero ao longo de todo este processo.-----

-----A concluir, frisou que o Conselho de Administração da TRATOLIXO não podia ser acusado de ter entregado as armas perante o Sindicato dos Bancários, porque tinham tido grande capacidade de luta, mas às vezes perguntava se tinha valido a pena, estava convencido que sim, no prazo máximo de quinze dias apresentará de uma forma completamente transparente todo o impacto económico e financeiro da empresa, esgotando-se também a capacidade de intervir. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** agradeceu a exposição e referiu que aquele era um assunto que o preocupava, especialmente porque conhecia muito esporadicamente os problemas inerentes àquele processo, dos quais teve conhecimento através de uma exposição feita pelo doutor Domingos Saraiva, no ano anterior e através de duas visitas que tinha feito, com a Câmara e com a Assembleia Municipal, ao local.-----

----- Aquele conhecimento também se tinha efetivado através de documentos mais detalhados que lhe tinham sido apresentados, designadamente o Relatório e Contas de dois mil e onze e um documento interessante de Abril de dois mil e doze que se denominava “Ponto da Situação Financeira da TRATOLIXO”. -----

----- Agora, eram vítimas de uma informação extremamente pesada, difícil de assimilar em alguns aspetos, quase inacreditável noutros e sobre a qual tinha perfeita consciência dos seus tremendos efeitos para os munícipes. Isso era o que mais o preocupava.-----

----- Pediu a confirmação de alguns aspetos, designadamente se o contrato com a VALORSUL, durante o período de concessão, era para uma quantidade de cento e cinquenta mil toneladas por ano, informação confirmada pelo **doutor Domingos Saraiva**,volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que aquele valor seria à taxa em vigor agravada de cinco por cento, o que daria um encargo no valor de cinco milhões de euros. -----

----- Uma vez que, de acordo com o que tinha percebido, a Abrunheira estava a fazer duzentas toneladas por dia, o que, redondamente, dava setenta e oito mil toneladas por ano, perguntou onde estaria o resto. Pelos elementos que tinha acerca da receção de resíduos que constavam no relatório de dois mil e onze, eram quatrocentas e cinquenta e seis mil cento e trinta e nove toneladas, registando um decréscimo de quatro e meio por cento relativamente ao ano anterior, portanto, estavam a falar de quatrocentas e cinquenta a quinhentas mil toneladas por ano, no entanto, só conseguia ver “encaixe” para duzentas e tal mil toneladas e não via para o resto. -----

-----Os juros da dívida eram de vinte e três vírgula cinco euros por tonelada e deveriam ser de quinze, o agravamento deveu-se à alteração de “spread” naquela renegociação do ano anterior. De acordo com a situação financeira da TRATOLIXO, em Abril de dois mil e doze, num mapa de Portugal que estava junto ao documento, referia-se que os preços praticados (valores globais) eram de vinte euros e noventa e três cêntimos na AMARSUL, de vinte euros e noventa e sete cêntimos na VALORSUL, de vinte e sete euros e cinquenta cêntimos na VALNOR, de vinte e dois euros e noventa e oito cêntimos na ERSUC, de dezanove euros e vinte e nove cêntimos na SULDOURO, de quinze euros e setenta e um cêntimos na BRAVAL, de vinte euros e vinte cêntimos na RESULIMA e de vinte e dois euros e noventa e oito cêntimos na Valor Minho, ou seja, só em juros, os custos na TRATOLIXO eram superiores aos cobrados em todas as referidas empresas pelo processamento integral. -----

-----O funcionamento da ETAR tinha um custo anual de um milhão de euros, cerca de três euros por tonelada.-----

-----Era preciso um valor de três vírgula dois milhões de euros para concluir a ETAR da Abrunheira e, como não se obteve financiamento, alugou-se uma ETAR que tinha um custo de sete milhões de euros por ano. Não havendo três vírgula dois milhões de euros para concluir a da TRATOLIXO, perguntou como é que havia sete milhões de euros para alugar outra. -----

-----Por fim, pediu ao Senhor Presidente que aquele conjunto de questões decorrentes da exposição, fosse dissociado de outro conjunto de dúvidas que tinha, resultantes da análise dos documentos que tinha lido, pois admitia que alguns pudessem ser erros de interpretação e não queria misturar as questões. -----

-----O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** gostaria também de ver respondida a última questão colocada pelo Senhor Vereador Amílcar Campos e perguntou ainda se, uma vez que se estava a fornecer resíduos à VALORSUL pela taxa normal mais cinco por cento, sendo verdade que a VALORSUL também precisava deles, porque senão não fabricava energia,



Câmara Municipal  
de Oeiras

inquiriu se a TRATOLIXO não recebia nada por isso. -----

----- O **Senhor Vereador Marcos Perestrello** iniciou a sua intervenção, dizendo que o que faltava agora era a VALORSUL ser a má da fita. -----

----- Agradeceu a exposição e disse que, durante a mesma, sentiu o doutor Domingos Saraiva muito derrotado, embora compreendesse a situação. -----

----- Disse que nunca tinham tido uma informação tão circunstanciada sobre a evolução da TRATOLIXO mas já tinham discutido a situação da empresa, numa lógica de aparente inviabilidade e de encontrar uma solução para o problema. -----

----- Gostaria de perceber se se justificava a existência e a manutenção de dois sistemas de tratamento na Área Metropolitana de Lisboa, como os que existiam atualmente. -----

----- Gostaria de saber qual seria a solução para a empresa, quanto é que ela custava e, no fundo, saber o que era mais caro - viabilizar a empresa ou encontrar uma forma de integrar totalmente o tratamento de lixos na VALORSUL que funcionava e que não tinha problemas nenhuns, pelo contrário, era tão boa que o Governo até a queria vender para realizar algum capital. Haveria naquela situação alguma dificuldade, uma vez que os acionistas eram as Câmaras, mas, uma vez que já se tinha assistido a tanta coisa, também aquilo era capaz de ser possível. -- -----

----- Perguntou o que era mais caro, se era manter a empresa a funcionar e encontrar uma solução para ela ou, de facto, encontrar uma solução de fecho da empresa, de desativação dos ativos e apostar num sistema único da Área Metropolitana de Lisboa, sendo que o elemento comum não eram propriamente as Câmaras, mas sim o Governo, designadamente a EGF que tinha obrigações que não eram de agora. Não se tratava de apontar o dedo a quem quer que fosse mas a EGF tinha obrigações que até estavam a ser construídas, mas que, com a mudança de administração da EGF, tinham dado um passo atrás. -----

----- Perguntou ao doutor Domingos Saraiva qual era, no seu ponto de vista, o melhor

caminho a seguir. -----

-----O **doutor Domingos Saraiva** respondeu que a sua opinião era minimamente conhecida e respondendo ao Senhor Vereador Amílcar Campos explicou que a totalidade dos resíduos da TRATOLIXO andava na ordem das quatrocentas e cinquenta mil toneladas por ano e em dois mil e onze, apenas trezentos e trinta mil toneladas eram resíduos urbanos indiferenciados. Os outros eram verdes, embalagens, papel, terras, resíduos que não tinham o tratamento naquelas unidades. -----

-----A capacidade instalada para tratamento era de trezentas e trinta mil toneladas. Quando estivesse a funcionar o modelo técnico, estava prevista uma capacidade de cento e cinquenta mil toneladas na VALORSUL e até cento e oitenta e sete mil toneladas para a Abrunheira o que, somando, dava uma capacidade excedentária para tratar os resíduos sólidos urbanos indiferenciados. -----

-----As duzentas toneladas que tinha referido na apresentação já estavam a ser tratadas na fase experimental e, naquele momento, o problema resolvia-se porque ainda tinham Trajouce a trabalhar que tratava também uma parte. -----

-----O modelo técnico completo trataria cento e cinquenta mil mais cento e oitenta e sete mil toneladas, preenchendo completamente as necessidades de tratamento, mas, atualmente, ainda existia aquela situação pontual.-----

-----Acerca da ETAR, os três vírgula dois milhões de euros tinham que vir de um financiamento e os sete milhões de euros poderiam pôr-se na tarifa ao longo do ano, era um custo de gestão corrente. No fundo, era uma fuga para a frente. A alternativa era não ter ETAR e, se assim fosse, a CDA não entrava em fase experimental, o contrato era rescindido e ficavam com um menino daquele tamanho nos braços. -----

-----No dia em que o empreiteiro se tinha voltado para a TRATOLIXO dizendo que estava em condições de arrancar com a fase experimental, a TRATOLIXO, ou tinha uma



Câmara Municipal  
de Oeiras

resolução para os lixiviados ou dizia que não tinha ETAR e, não tendo, a responsabilidade era da empresa. -- -----

----- Naquele sentido, avançaram com um concurso, contrataram uma empresa especializada que tratava os lixiviados, montaram dois depósitos de grande capacidade para os receber e toda a gente lhes disse que aquela situação só daria para a fase experimental. Era verdade e assim tinham vivido aqueles meses. Contudo, felizmente, tinham assinado (no dia anterior) um contrato da cedência contratual à SOCAMEX para acabar a ETAR e adiantaram um milhão e meio de euros, pois aquela empresa não queria começar a obra sem garantia nenhuma. Aquela empresa estava ligada a outra à qual havia uma dívida e a SOCAMEX só assinou o contrato porque existiam relações muito antigas, porque se conheciam e porque havia um milhão e meio de euros. De todo o modo, o contrato tinha uma cláusula que dizia que, ao fim de sessenta dias de faturas vencidas e não pagas, suspendia-se o trabalho.-----

----- Em Trajouce nunca tinha havido ETAR, Trajouce nunca devia ter funcionado, não se conhecia nenhuma instalação daquelas no País com aterro ou lixeira que não tivesse ETAR, que descarregava diretamente no coletor e ninguém dizia nada. Um dia começaram a aparecer inspeções, foram autuados e tiveram que ir tratar do assunto.-----

----- Referiu um documento que também devia ter chegado à Câmara e que indicava a situação em que a empresa estava sobre legalizações e licenciamentos e havia um documento que, de dois em dois meses, era atualizado.-----

----- Naquele momento tinham tudo legalizado, tinham todas as licenças menos uma, ligada à suspensão das medidas preventivas de Cascais, no que dizia respeito à alteração do PDM, para entregar um dossier que estava pronto há dois anos. Quando estivesse resolvida aquela situação, ficavam com os licenciamentos todos, mas, para isso, tiveram que assumir os custos da exploração do aterro que estava abandonado, da lixeira antiga que tinha ardido e que assim tinha ficado e ainda das lixeiras das quatro Câmaras que ficaram a ser responsabilidade da

TRATOLIXO.-----

-----Para se encontrar uma solução para a TRATOLIXO, e apesar de terem sido transparentes durante todo o tempo, era necessário exigir ainda maior transparência, trazer os elementos todos para observação, sem dramas e tentar encontrar soluções. Certamente passaria por incluir na tarifa apenas o que era da tarifa e arranjar financiamento para pagar o que não era.

-----Corria-se o risco que uma daquelas entidades a quem deviam muito dinheiro lhes criar alguma dificuldade, mas com o plano de contingência asseguraram acordos com todas as entidades e se os cumprissem, não haveria azar. No entanto, para o ano iam precisar de cinco milhões de euros para pagar àquelas entidades e cumprir aqueles compromissos. A dívida total era de vinte e dois milhões que tinham sido utilizados em investimentos, uma vez que a Banca lhes tinha cortado os financiamentos. Enquanto puderam, transferiram a dívida de um lado para outro.-----

-----Dando a sua opinião pessoal ao Senhor Vereador Marcos Perestrello, referiu que há muito tempo que era defensor da reorganização espacial dos sistemas a nível nacional. Tinha tido o prazer de começar aquele trabalho quando esteve na EGF, em dois mil e quatro, quando o Senhor Presidente da Câmara era Ministro. Naquela altura, agregaram a VALNOR com a AMARTEJO e iniciaram o processo que conduziu à criação da RESINORTE. -----

-----Naquela altura, já com o Ministro Luís Nobre Guedes ficava autorizada a integração e a criação de um sistema multimunicipal. Os Senhores Presidentes de Câmara chegaram a ter reuniões com a anterior Senhora Ministra para se iniciar o primeiro passo da integração da TRATOLIXO na EGF e o segundo passo seria a sua fusão com a VALORSUL.-----

-----Para si, parecia perfeitamente lógico pois a tipologia dos seus habitantes era perfeitamente idêntica e as acessibilidades que existiam atualmente, não punham a questão do transporte como elemento fundamental.-----

-----Exemplificou com a cidade-Estado de Berlim que tinha um conjunto de diferentes



Câmara Municipal  
de Oeiras

soluções de tratamento que se equilibravam por si. A TRATOLIXO era uma dor de cabeça para uma eventual fusão mas também seria uma vantagem. A VALORSUL tinha duas unidades de triagem de embalagem cuja capacidade permitiria a TRATOLIXO fazer lá aquele tipo de triagem durante trinta anos, concluindo que dava para todos. -----

----- O concurso para fazer uma unidade de triagem tinha sido anulado e naquele momento não estavam a fazê-la na VALORSUL, porque na fase experimental a eficiência era baixa e encontraram um parceiro exterior cuja eficiência era maior, do qual resultava melhor encaixe financeiro e estavam à espera de resolver os problemas com a VALORSUL. -----

----- A VALORSUL precisava de um aterro para depositar cinzas e, na sua opinião, podia encarar aquela questão numa perspetiva de integração. A VALORSUL teria que comprar um terreno quando a TRATOLIXO, ao encaminhar cento e cinquenta mil toneladas para incinerar, ficaria com disponibilidade no aterro de Mafra. -----

----- Repetiu que se tratava apenas de uma opinião pessoal, nem sabia se o Senhor Presidente da Câmara de Mafra autorizaria, embora soubesse que não havia problema nenhum relativamente ao que era usual dizer, no sentido que as cinzas eram perigosas. Isso não era verdade, atualmente até eram utilizadas como base para estradas. -----

----- Perguntou se havia necessidade de ter dois gabinetes de comunicação e duas formas de comunicação se as pessoas eram as mesmas. Haveria muitas economias de escala e de funcionamento, certamente, a TRATOLIXO não pagaria os vinte euros que pagava como cliente, pois esse valor estaria integrado na tarifa. -----

----- Chegou a pôr a hipótese à EGF da existência de um sistema e duas tarifas. Poderia ser uma tarifa que se fosse esbatendo e aproximando da outra. Tratava-se de uma questão matemática. Era um excelente negócio para a VALORSUL mas também era um excelente negócio para a TRATOLIXO. Para a VALORSUL aquele negócio valia quatro vírgula cinco milhões de resultados diretos. -----

-----Não se podia pôr na posição de não querer aquele negócio porque os outros estavam a ganhar muito dinheiro, mas conseguiram que a tarifa baixasse para dezanove euros e, em vez dos dez por cento adicionais, passou para cinco por cento.-----

-----O **Senhor Vereador Marcos Perestrello** referiu que a tarifa da VALORSUL também tinha uma componente de remuneração do capital dos municípios que lá tinham investido, acrescentando o **doutor Domingos Saraiva** que a VALORSUL estava a fazer outros serviços, dos quais a TRATOLIXO não beneficiava. Era verdade que, numa perspetiva de integração, custaria menos do que vinte euros, mas, atualmente, pagavam como clientes. De qualquer maneira tinha sido um primeiro passo, a Senhora Ministra autorizou o que já estava autorizado. -----

-----O **Senhor Presidente** interveio dizendo que o doutor Domingos Saraiva já lhe tinha dito há cerca de quinze dias em Sintra e o Adjunto da Senhora Ministra quis dar, em particular, uma informação extraordinária, uma boa notícia da Senhora Ministra do Ambiente. -----

-----O **doutor Domingos Saraiva** voltou a intervir dizendo que falavam, no mínimo, em cento e cinquenta toneladas pois sabia que até cento e setenta mil, havia capacidade. -----

-----Respondendo ainda ao Senhor Vereador Marcos Perestrello, afirmou que fechar a TRATOLIXO custava muito dinheiro. Para continuar o modelo técnico estava estabelecido que apenas era necessário pagar todo o modelo técnico no seu passado. Naquele momento o modelo técnico estava equilibrado e tinham acabado por fazê-lo sem pertencer à VALORSUL e, se ainda houvesse coragem, negociariam com eles o tratamento da embalagem que, só não estava a ser tratada na VALORSUL porque no outro local, rendia mais, davam-lhes mais retorno. Aquilo tinha a ver com um problema que surgia um pouco por todo o País com quem se tinha equipado com estações muito automatizadas, pois baixavam o índice de recuperação de materiais. -----

-----A estação com que trabalhavam era de mão-de-obra intensa, numa zona mais pobre do País e conseguiam ter um melhor rendimento das quantidades que lá depositavam e dos



Câmara Municipal  
de Oeiras

retornos. Quanto aos retornos, a SPV era mais benéfica, portanto, eram muito amigos da VALORSUL mas estavam no sítio que lhes dava mais dinheiro.-----

----- Relativamente ao projeto poderia fazer-se uma integração aproveitando a questão de um eventual aterro e pôr a fração embalagem, exemplificando com a situação da VALORSUL que tinha uma CDA que não conseguia quarenta mil toneladas por ano para trabalhar em pleno e a da TRATOLIXO era adaptável. A VALORSUL tinha um projeto há dez anos para chegar às quarenta mil toneladas, mas a CDA que tinha podia ser acrescentada para fazer mais vinte mil toneladas. Resumindo, se houvesse integração, a instalação da TRATOLIXO tinha aquela capacidade, ou seja, a VALORSUL não precisava de acrescentar nada.-----

----- Outra situação que faltava ao modelo para melhorar um pouco, era uma estação de transferência funcional e não havia dinheiro para a fazer. O custo de deposição dos resíduos e cargas era muito elevado. O que estava a ser estudado internamente ia no sentido de aproveitar a estação velha de Trajouce e fazer uma estação de transferência.-----

----- Em primeiro lugar, tentariam saber se, em termos de “layout”, era possível e depois, era preciso saber quanto custaria. Se conseguissem fazê-la, conseguiriam reduzir significativamente os custos de carga e transporte. -----

----- O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** perguntou se sabia qual era, naquele momento, o valor global da dívida da TRATOLIXO, respondendo o **doutor Domingos Saraiva** que era de cerca de cento e setenta milhões de euros. -----

----- O **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** pediu que explicasse melhor acerca da responsabilidade dos quatro Concelhos e o **doutor Domingos Saraiva** assim, não saberia responder, uma vez que a responsabilidade dos Municípios não terminava na dívida à Banca.-----

----- O **Senhor Presidente** especificou a questão, perguntando qual era o investimento global previsto, o financiamento consumido até agora e o que faltava investir para que o sistema funcionasse.-----

-----O **doutor Domingos Saraiva** respondeu que, no limite dos mínimos, com oito milhões e meio de euros, punham o sistema a funcionar, acabando com a questão dos custos adicionais. Não era aquilo que gostariam mas funcionaria no limite dos mínimos. Acrescentou que o financiamento consumido era cento e setenta milhões de euros (cento e dezanove milhões de euros mais cerca de quarenta milhões de euros dos custos de não exploração), interrompendo o **Senhor Presidente** para dizer que os cerca de quarenta milhões de euros deveriam ser assumidos diretamente pela AMTRES e indiretamente pelos municípios.-----

-----O **doutor Domingos Saraiva** referiu que a TRATOLIXO tinha andado praticamente dez anos sem custos e agora havia aquele descalabro. Havia questões estratégicas que estavam por detrás daqueles erros.-----

-----A TRATOLIXO tinha construído um aterro que deveria ser única e exclusivamente para os rejeitados da sua estação e, em vez disso, viveu para os reis. Em pouco tempo encheu o aterro, cobrou aos privados o que quis, fez o que quis e as Câmaras, naturalmente, quando chegavam ao final do ano tinham pouco para pagar, o que era excelente.-----

-----Nunca ninguém disse para se ter cuidado, pois, daquele modo, estava a hipotecar-se o futuro. Aquele tinha sido o primeiro grande erro.-----

-----Explicou que quando entrou naquele setor, produzindo e vendendo contentores, no final dos anos oitenta, Oeiras e a TRATOLIXO eram apontados como referência, bem como Vila do Conde, sendo, naquela altura, Matosinhos, o aterro mais bem gerido. Fazia pena, passados vinte e dois anos, pensar como é que se tinha chegado àquela situação. Na altura, quem tinha tido a capacidade visionária de ir para uma solução que, apesar de cara, era a correta, depois, por ausência de capacidade estratégica, por terem sido lunáticos e por não terem querido ver as coisas, desembocaram naquele estado. -----

-----O **Senhor Presidente** referiu que, na primeira reunião da AMTRES, em Mafra, em dois mil e seis, pediu a demissão do Conselho de Administração que estava na altura.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O **Senhor Vereador Ricardo Barros** referiu que no meio de tantos números acabava por perder a noção do que o assunto representava, no concreto, acrescentando que, atualmente, tanto quanto se recordava a tarifa estava em quarenta e oito qualquer coisa, ao que o **Senhor Presidente** esclareceu que a que se cobrava era de cinquenta e quatro, no entanto, era de quarenta e oito a que os municípios estavam a pagar. -----

----- De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador Ricardo Barros** referiu que em todas as apresentações nas quais já teve oportunidade de ouvir o doutor Domingos Saraiva explanar sobre a sua visão e sobre aquilo que eram as metas que a TRATOLIXO se propunha atingir, se tivesse feito isto, se tivesse acontecido aquilo, se tivesse acontecido aqueloutro, faltava outra questão e só a estava a colocar porque achava importante que os Senhores Vereadores tivessem também a noção, porque também não sabia quais eram os valores, acrescentando que se se conseguisse pôr a trabalhar o sistema, neste momento, mais ou menos em pleno, com oito milhões, inquiriu se a TRATOLIXO tinha os estudos daquilo que o representaria em termos de tarifa. -----

----- Aludiu que tanto quanto se recordava havia a questão da produção energética, por um lado, por outro lado havia a questão do valor que se poupava “com o negócio que foi feito com a VALORSUL” o que daria uma redução substancial na tarifa, interrompendo o **doutor Domingos Saraiva** para dizer que não haveria uma redução, replicando o **Senhor Vereador Ricardo Barros** que não havendo uma redução, então a explicação dada pelo doutor Domingos Saraiva numa assembleia, atalhando o **doutor Domingos Saraiva** que se tratava de uma reunião de apresentação na Assembleia Municipal em que se apontava para uma tarifa média de trinta e três euros, mas, a tarifa média era ao longo do período a dividir por número de anos, não se devendo estar muito longe disso se for projetada assim, acrescentando que reforçou várias vezes que se tratava de tarifa média. -----

----- A tarifa para os próximos anos, até se pagar a dívida, não era a média. -----

-----O último estudo efetuado pelo BPI, apontava para o ano de dois mil e doze uma tarifa de cento e quatro euros, porque havia os rácios. Uma coisa era a tarifa média e outra coisa era a tarifa dos próximos anos. -----

-----Esclareceu, ainda, que se andou com tarifas de quarenta e oito porque as obras não estavam a ser amortizadas, toda a capitalização de juros estava em cento e muitos. -----

-----Não estava a aparecer a tarifa de curto prazo, essa tarifa só irá aparecer quando terminar a obra e estiver a funcionar, opinando o **Senhor Vereador Ricardo Barros** que seria no dia em que se iria começar a pagar o serviço da dívida, tendo o **doutor Domingos Saraiva** respondido que seria no dia em que se começava a pagar o serviço da dívida e teoricamente começava a amortizar o capital. -----

-----Quanto a amortizar o capital, a TRATOLIXO estava a pedir três anos de carência, mas as amortizações na empresa saíam de um milhão e pouco para dez vezes mais, sendo certo que todos os equipamentos novos terão que começar a ser amortizados e mesmo assim amortizar a trinta anos, com custos de conservação previstos, com reposições de equipamento, porque não se estavam a fazer as coisas para daqui a dois ou três anos, opinando o **Senhor Vereador Ricardo Barros** que havia um determinado período de concessão, e que ao fim de dez anos tinham que se repor os equipamentos, prosseguindo o **doutor Domingos Saraiva** que tinham que se repor os equipamentos, fazer a conservação, etc. -----

-----Proseguindo, disse que para a TRATOLIXO seria fácil arranjar uma tarifa para os próximos dois ou três anos, mais ou menos agradável, entretanto, diziam que já tinham cabelos brancos, iam-se embora e o próximo que viesse que fechasse a porta, no entanto, recusava-se a fazer isso, contudo, de cada vez que discutiam a questão se deveriam considerar um custo deferido, o princípio era de que não se metiam mais coisas debaixo do balcão. -----

-----Acrescentou, ainda, que já evoluiu no seu conhecimento em relação à empresa, porque lhe entregam uma empresa naquele estado. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Um dia estava sentado no seu gabinete, olhou para a parede e pensou que tinha dois caminhos: -----

----- - Um - Agradecer a quem o convidou e ir embora, ou então, ter durante meia dúzia de dias uma conversa qualquer, um discurso qualquer e ir embora (chamavam-lhe os nomes todos);

----- Dois - Estava sujeito a morrer debaixo do toiro; -----

----- Foi essa a opção tomada e, para si, muito bem.- -----

----- Estava sozinho e começou a aperceber-se de algumas questões e teve a percepção que estava perante um problema que o podia matar, sendo a carta que escrevia para os bancos uma forma de marcarem uma posição para não atirarem para cima deles as responsabilidades todas, tinham algumas, mas não eram todas, salientando o **Senhor Vereador Ricardo Barros** que eles também tinham. -----

----- A seguir o **doutor Domingos Saraiva** disse que tinham um excelente site, [www.tratolixo.pt](http://www.tratolixo.pt), talvez dos melhores sites daquela área. Sugeriu que consultassem e lessem o documento “Dez Anos de Gestão”, o qual não era um acusatório de ninguém, dizia de uma forma muito simples, as coisas principais através da perspetiva dos Administradores da TRATOLIXO.-

----- No uso da palavra o **Vereador Amílcar Campos** disse que iria colocar dúvidas já decorrentes da análise dos documentos, tendo o **doutor Domingos Saraiva**, dito que, além dos documentos já enviados, remeteram também, em suporte informático, o “Relatório de Sustentabilidade”, que já faziam há três anos, tratando-se de um documento que completava o “Relatório e Contas”, ao que o **Vereador Amílcar Campos** respondeu que não tinha esse relatório, os elementos que tinha eram os habituais e que por mais que os lesse não os entendia.--

----- Continuado a basear-se nos documentos que tinha apreciado, designadamente, o Relatório e Conta de dois mil e onze e o Relatório de Abril de dois mil e doze, que se denominava “Ponto da Situação Financeira da TRATOLIXO”, disse que uma das coisas que não tinham ficado clara, para si, relativamente à ETAR de aluguer, interrompendo o **doutor**

**Domingos Saraiva** para esclarecer que não se tratava de ETAR de aluguer, tratava-se de alugar um serviço de tratamento de lixivantes, a ETAR estava dedicada a fornecedores, ao que o **Senhor Vereador Amílcar Campos** acrescentou tratar-se de uma ETAR pré-fabricada, tendo o **doutor Domingos Saraiva** respondido que não, porque eram retirados os lixiviados e o resto tratavam na ETAR deles, tendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** concordado ser um aluguer de tratamento.-----

-----Acrescentou que para o caso da sua dúvida o problema era o mesmo, pedindo desculpa pelo facto de não formular a questão devidamente, mas tinha entendido assim por erro de expressão seu.-----

-----Gostaria de saber qual era a capacidade máxima de tratamento que a ETAR possuía. Já tinha visto que não havia uma ETAR de substituição da ETAR do investimento, tendo sido alugada com o propósito de assegurar o período experimental da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) para, de facto, não pôr em causa a receção da CDA, feita com o conhecimento da sua correta operacionalidade, ou seja, qual era a capacidade máxima de trabalho que a ETAR proporcionava à CDA, enquanto a outra não estiver construída, referindo que, no fundo, não lhe interessavam as características técnicas.-----

-----O **doutor Domingos Saraiva** respondeu que desconhecia qual a capacidade pois tratava-se de um fornecedor licenciado que tratava os lixiviados de várias entidades, mas informou que o estrangulamento que tinham estava na capacidade de receção dia a dia.-----

-----Frisou que a TRATOLIXO teria que ter uma bateria de depósitos suficientes, uma vez que a operação que se estava a fazer estava a produzir os lixiviados, foi instalada uma osmose inversa para reduzir o tipo de lixiviado, ficando, portanto, com as lamas mais pesadas, para ficar mais barato o tratamento. Estavam dependentes das chuvas, porque os resíduos vinham mais molhados e, por isso, mais lixiviados.-----

-----Acrescentou que era necessário ter depósitos que recebessem e que garantissem o



Câmara Municipal  
de Oeiras

forneecedor, que tinha camiões cisterna, para levar para o centro de tratamentos, portanto, o limite da TRATOLIXO estava no número de depósitos e não ia construir depósitos indiscriminadamente, portanto, teria que haver sempre uma tentativa de máximo equilíbrio, melhor investimento possível, frisando, que eram investimentos que assim que a ETAR estivesse em funcionamento não eram necessários para nada, mas também não se podia correr o risco de haver uma rutura, portanto aquilo era uma ginástica permanente e como os fornecedores tinham camiões cisterna, numa urgência ligavam e saíam os camiões cisterna. -----

----- O **Vereador Amílcar Campos** disse que era referido várias vezes que o tratamento era de duzentas toneladas por dia na Abrunheira, se se quedar pelas duzentas toneladas dia, gostaria de saber se esse recurso de tratamento de águas residuais permitia o processamento regular dessa quantidade, ou seja, setenta mil toneladas anuais, tendo o **doutor Domingos Saraiva** replicado que não podia ficar em duzentas toneladas por dia, atalhando o **Vereador Amílcar Campos** que pretendia ter a noção porque tinha efetuado perguntas anteriormente e o doutor Domingos Saraiva já tinha explicado que o valor não era de quatrocentos e cinquenta mil, mas era mais reduzido, situava-se nos trezentos e trinta mil. -----

----- De qualquer maneira continuava a ser o contrato de cento e cinquenta mil na VALORSUL e estava a contar com setenta mil na Abrunheira de modo que gostaria de saber se isso era compatível com a solução de recurso que se tinha para o tratamento dos efluentes líquidos, se não era compatível, ou se a solução de aluguer, de “outsourcing”, do tratamento dos efluentes líquidos era compatível até com mais do que setenta mil toneladas por ano, sendo que isso lhe dava um certo descanso na interpretação que fazia, porque o doutor Domingos Saraiva tinha dito que o que não se fazia, nem aqui, nem ali, estando a Abrunheira em funcionamento, iria para o aterro, mas aquilo que ia para o aterro e aquilo que não se fizer, nem aqui, nem ali e tiver que ir para outro lado terá encargos acrescidos, e isso era sempre a somar, a única certeza que tinha, no meio de todas essas dúvidas, era que quem pagava sempre era o município e isso

preocupava-o extraordinariamente, porque já ia em valores do “arco-da-velha”. -----

-----Tendo o **doutor Domingos Saraiva** retorquido que a capacidade instalada para o modelo técnico, a funcionar, será de cento e cinquenta mil na VALORSUL e cento e oitenta sete mil na Abrunheira, estando a caminhar-se para o modelo técnico. A VALORSUL já estava a receber quantidades diárias equiparadas aos cento e cinquenta mil. -----

-----Mais, acrescentou que Trajouce estava a trabalhar, tratando de quinhentas toneladas por dia, se se fizerem as contas não era preciso mais nada, mas, Trajouce estava a trabalhar numa premissa de fecho, sendo que ao mesmo tempo havia uma premissa de abertura para a Abrunheira, portanto, as duzentas toneladas por dia era, no momento, a capacidade em teste que a Abrunheira estaria a tratar. -----

-----Explicou porque é que não eram mais de duzentas toneladas por dia nesta fase, ou seja, como se estava a fazer a revisão no interior dos modelos todos, não se estavam a utilizar os modelos todos. Só se estava a fazer a capacidade que os túneis de produção de composto suportavam, que era para não se estar a colocar os resíduos que não tinham tratamento, acrescentando que eram tetos que se iam ajustando mês a mês, ou seja, enquanto vai crescendo a Abrunheira vai-se fechando Trajouce. -----

-----Mencionou que há pouco tempo tentavam perceber qual era o ponto de equilíbrio que justificava o fecho de Trajouce, mesmo quando ainda existiam resíduos por tratar, sendo que o ponto de equilíbrio seria aquele em que o custo de tratar Trajouce em encerramento, seria igual ao custo de depositar em aterro, se fosse necessário, pontualmente, salientado que haveria alturas em a quantidade seria tão pequena que o custo seria tão grande que não se justificaria tantas pessoas a trabalhar. -----

-----Chamou a atenção para o facto de que Trajouce não trabalharia por esgotamento, mas uma ETAR, sendo que até esse pequeno pormenor foi acompanhado, estimando-se que fosse no final do presente ano. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Informou, de seguida que já se parou de produzir composto em Trajouce, porque o biológico de Trajouce encontrava-se num estado miserável, havendo risco de ruína, porque havia edifícios em risco de ruína na TRATOLIXO, completamente atacados pelos voláteis, de modo que o orgânico que se estava a tirar em Trajouce, estava-se a encaminhar para cima, a ser tratado ou aproveitado lá. -----

----- Em relação à ETAR, ou melhor, a sua capacidade de inserir lixiviado para tratamento, estaria adequada à fase experimental. -----

----- Poderiam perguntar se for feita uma previsão e só ter a ETAR a funcionar em Junho, teriam a certeza que num período de ponta teriam a CDA em pleno e o que lá estava instalado era suficiente, diria que, eventualmente, não era, mas o que era preciso era comprar monopólio, porque o contrato previa as quantidades suficientes por metro cúbico, sendo que, neste momento, havia capacidade para receber, portanto, só iriam investir no depósito quando, tendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** replicado que estaria tudo dependente do Interface a criar para o encaminhamento.-----

----- Mudando de assunto para o problema de outra natureza, lembrou que no Plano de Contingência, a dado passo, na página quarenta e nove do Relatório e Contas referia o montante que atingia valores diferentes, sendo que o montante que foi acordado com os Municípios, correspondente aos custos de não instalação, acumulados desde dois mil e cinco a dois mil e onze, eram de quarenta e quatro vírgula cinco milhões de euros, tendo, anteriormente, sido falado em quarenta e nove, sendo que os números eram todos diferentes como as pessoas e, portanto, quarenta e quatro vírgula cinco era quarenta e quatro vírgula cinco e quarenta e nove era outra coisa, pelo que não poderiam ser misturados esses dois números, ou então quarenta e nove já dizia respeito ao acumulado com dois mil e doze, ou então esta seria uma forma um bocado por alto de se referir a uma questão, e ficaria doente se isso fosse uma forma de apresentar por alto a verdadeira questão.-----

-----O **doutor Domingos Saraiva** explicou que deveria ser considerado o valor de quarenta e quatro vírgula cinco, inquirindo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** qual era a razão de ser desses quarenta e nove, opinando o **doutor Domingos Saraiva** que devia ter sido um lapso, atalhando o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que então foi um lapso, já que foi o Senhor Presidente que o referiu. -----

-----O **doutor Armindo de Azevedo** explicou que o assunto foi ponderado internamente se deviam continuar ou não a capitalizar os custos da instalação e decidiram que não o deviam fazer. A tendência para dois mil e dois era ter mais três ou quatro milhões de euros de custos de instalação, sendo essa a razão desses números ainda estarem na cabeça de algumas pessoas, retorquindo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que deverá adotar para esse efeito o valor de quarenta e quatro e meio. -----

-----Deduzia que as tarifas que foram aprovadas correspondiam às tarifas sem as implicações desses custos de não instalação e, por outro lado, esses custos de não instalação eram uma dívida que o conjunto de Municípios tinham para com a TRATOLIXO, ou com a AMTRES que depois daria à TRATOLIXO. -----

-----De seguida, gostaria de saber, a nível da Câmara, em que pé é estava esse pagamento, presumindo que era vinte e cinco por cento desse montante, inquirindo se a participação nessa Associação de Municípios era diferente de Município para Município. -----

-----Se era uma dívida em conjunto tinha a ver com a participação social de cada uma das entidades e desconhecia se isso era proporcional aos resíduos, ou se às entidades. -----

-----Se era proporcional às entidades, como eram quatro, seria dividido por quatro e daria vinte e cinco por cento a cada uma, se fosse pelos resíduos teriam que ser feitas outras contas. ---

-----O **doutor Domingos Saraiva** explicou que a AMTRES a exemplo de outras associações não tinha capital. As associações eram constituídas e dotadas de meios pelos seus associados, no entanto, havia uma relação fruto da utilização dos documentos da TRATOLIXO.-



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Cada Município tinha as suas diversas responsabilidades da parte proporcional aos resíduos que tratavam.-----

----- Sendo esse o desvio da tarifa, naturalmente quando forem chamados para pagar, pagarão dos seus resíduos.-----

----- O **Senhor Vereador Marcos Perestrello** inquiriu se a Câmara era avalista dos empréstimos, atalhando o **doutor Domingos Saraiva** que lá chegará, talvez daqui a cinquenta anos, acrescentando que a dureza da carta escrita ao banco só foi possível depois de ter um parecer jurídico a dizer que as Autarquias não eram responsáveis de imediato.-----

----- Quando foram violentos com os bancos sabiam que tinham essa possibilidade, porque não eram loucos para atirar para cima das Câmaras esse problema.-----

----- A razão por que ofereceram aos bancos os ativos foi no sentido de se as coisas não corressem bem eles ficariam com a TRATOLIXO. Isso estava escrito no contrato, porque a maior garantia que a TRATOLIXO dava era o contrato programa, já que não existia outro instrumento que garantisse que havia trabalho. Foi dito de forma séria aos bancos que criassem um veículo e a TRATOLIXO alugava e davam como garantia o contrato programa e passados dois meses disseram que não, acrescentando que tinha lógica e acreditava que era assim que as coisas iriam terminar, porque eles não tinham outra forma de regularizar as suas contas sem tirar isso da situação da dívida.-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** informou que a Câmara não tinha qualquer previsão para esse custo referido na TRATOLIXO. O Município era responsável em função da tonelagem produzida no passado, pois como era sabido o que se pagava não era o custo real, era um custo artificialmente conseguido em função do chamado custo de instalação, acrescentando que se no futuro os quatro Municípios assumirem o pagamento esses custos terão que ser calculados.-----

----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** lembrou que na página quarenta e sete, no que dizia respeito à dívida financeira, o relatório referia que no final do ano seria de cento e vinte

e cinco vírgula um milhões de euros e a acrescer à dívida financeira encontravam-se registados juros de mora relativos ao segundo semestre de dois mil e onze que não foi possível liquidar. ----

-----A página noventa e oito, ponto treze ponto um referia que: “... o passivo não corrente evidenciado no balanço inclui o valor de cento e cinco mil....e inclui o valor das prestações financeiras que não foram pagas, assim os juros em dívida no valor de onze milhões setecentos e setenta mil euros...”, inquirindo se eram esses onze milhões setecentos e setenta mil acrescidos aos de cento e vinte e cinco vírgula um milhões, que dava cento e trinta e seis milhões oitenta e sete, para trinta e um de Dezembro de dois mil e onze.-----

-----Estes dados estava a lê-los no relatório do ROC, acreditando que ele saberá ler porque tinha outros elementos, de modo que gostaria de obter alguns esclarecimentos, na medida em que o documento era muito técnico e precisava desse esclarecimento para a pergunta que iria fazer a seguir, ou seja, no Relatório de Abril de dois mil e doze referia que a dívida ao Sindicato Bancário, no âmbito do “project finance” existente, o montante em dívida da TRATOLIXO à banca ascendia atualmente a cento e vinte e seis milhões vírgula oito.-----

-----De um lado dava cento e trinta e seis milhões oitenta e sete e do outro cento e vinte e seis milhões vírgula oito. Se calhar tudo estava certo, mas não conseguia perceber e não queria perder a oportunidade de compreender visto estarem na sala os especialistas na matéria.-----

-----O **doutor Domingos Saraiva** disse que não saberia explicar essa diferença, no entanto deduzia que a diferença analisada assim resultava da existência da dívida sem os juros vencidos, que estavam ainda em discussão.-----

-----A TRATOLIXO sempre contestou que se iniciasse a amortização e a aplicação dos juros sem a obra acabada, porque não fazia sentido pagar-se uma coisa que não estava ainda a funcionar. - -----

-----Continuando, disse que a dívida a curto prazo junto dos bancos era de onze milhões e a utilização do “project finance” de cento e vinte e seis milhões, observando o **Senhor Vereador**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**Amílcar Campos** que os outros onze milhões vírgula um não eram os onze setenta e sete referidos, retorquindo o **doutor Armindo de Azevedo** que estavam,volvendo o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que então devia faltar uma pequena parcela, opinando o **doutor Domingos Saraiva** que tinha que verificar esse assunto para poder responder, concluindo que os valores estavam corretos, o Senhor Vereador Amílcar Campos poderia estar a ler uma informação, na medida em que o financiamento bancário tinha contas de utilização, de IVA que foram sendo valorizadas e contas de POVT.-----

----- Entretanto, no dia trinta e um de Dezembro, chegou dinheiro do POVT que foi imediatamente depositado, o que podia ter alterado o valor do Relatório de Abril, atalhando o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que o Relatório de Abril referia que os números se reportavam a trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, mas admitia que podia haver o processo referido. -----

----- Disse ainda que esta abordagem foi no sentido de chegar à conclusão que a dívida financeira era no valor de cento e trinta vírgula oitenta e seis milhões de euros à data de trinta e um de Dezembro de dois mil e onze e através do mapa da página quarenta e três os juros e os gastos similares suportados em dois mil e onze foram de doze milhões trezentos e quarenta e sete zero setenta e sete, ou seja, os juros pagos correspondentes a uma dívida financeira de cento e trinta e seis milhões, atalhando o **doutor Domingos Saraiva** que poderão estar incluídos juros de mora a fornecedores, replicando o **Senhor Vereador Amílcar Campos** que os juros a fornecedores não estava nessa página,volvendo o **doutor Domingos Saraiva** que não poderá dar a resposta, terá que ir analisar as contas.-----

----- O **Senhor Vereador Amílcar Campos** disse que na página oitenta e nove nos saldos devedores e credores, em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze havia dez vírgula três milhões de euros de dívida, repartidos da seguinte forma:-----

----- AMTRES - quatrocentos e sete milhões;-----

-----Câmara Municipal de Cascais - cinco vírgula quatro milhões de euros; -----

-----Câmara Municipal de Mafra - quatrocentos e vinte e nove vírgula sete; -----

-----Câmara Municipal de Oeiras - um vírgula dois milhões de euros; -----

-----Câmara Municipal de Sintra - dois vírgula oito milhões de euros. -----

-----Estava convencido que as contas da Câmara Municipal de Oeiras estavam saldadas, salientando o **Senhor Presidente** que estavam saldadas desde o princípio do ano. -----

-----O **doutor Domingos Saraiva** disse que havia três Câmaras que cumpriam religiosamente o dia do pagamento, no entanto a Câmara de Cascais estava com problemas e ficou de pagar a dívida no dia vinte e sete, data que recebia a comparticipação do IMI. -----

-----O **Senhor Vereador Amílcar Campos** agradeceu as respostas dadas. -----

-----O **Senhor Vereador Marcos Perestrello** inquiriu se a EGF e o Governo se puserem de fora, que solução é que existia. -----

-----O **doutor Domingos Saraiva** disse ainda que não tinha referido que a TRATOLIXO por sua responsabilidade nunca conseguiu ter financiamentos comunitários, acrescentando que foram referidas as tarifas que existiam pelo País, mas alguns sistemas tiveram oitenta e cinco por cento a fundos perdidos, retorquindo o **Senhor Vereador Marcos Perestrello** que não era comparável,volvendo o **doutor Domingos Saraiva** que os modelos técnicos não eram comparáveis, não se podia comparar a RESINORTE que só tinha aterros com a TRATOLIXO que não tinha aterros. -----

-----Prosseguindo, disse que a curto prazo, com a rede de instalações da ERSUL, as tarifas iriam saltar para os trinta e muitos euros. Falava-se muitas vezes que o diferencial das tarifas, não era só o resultado de uma boa ou má gestão, eram o resultado de uma melhor ou pior solução técnica, mas condicionada sempre com a Europa e com os financiamentos comunitários.

-----Em dois mil e três, em Cuba, a empresa nacional do tratamento dos resíduos urbanos biodegradáveis obrigou a fazer o tratamento não olhando para quanto ia custar. Houve quem o



Câmara Municipal  
de Oeiras

fizesse, houve quem não fizesse, com custos definitivos.-----

----- Quando se defendia um agrupamento era uma forma de definir as complexidades dos sistemas e a sua dependência de uma só solução, ou seja, estabilizar a tarifa entre todos.-----

----- Em relação à EGF, informou que houve negociações muito concretas com a Senhora Ministra, com o Senhor Secretário de Estado e com alguns Presidentes de Câmara para transformar a TRATOLIXO num sistema multimunicipal.-----

----- Os Municípios com grande coragem disseram assumir a dívida dos quarenta e quatro milhões, porque a EGF não aceitava com essa dívida.-----

----- Prosseguindo, explicou que o modelo nasceu de discussões das Águas de Portugal, no sentido de passar a TRATOLIXO para a EGF, criava-se um veículo, criavam-se os ativos, expurgava-se o que fosse necessário.-----

----- No entanto, depois de tomar posse a nova administração, colocou a questão à Senhora Ministra que considerou que era um problema financeiro, entretanto, o Senhor Ministro das Finanças considerou que era um problema ambiental que tinha um modelo financeiro complexo.-----

----- Na sua opinião a TRATOLIXO tinha um problema financeiro, mas efetivamente era uma questão ambiental, por isso não deverá ser tratado na sede das Finanças, terá que ser tratado no Ministério do Ambiente, que terá de encontrar junto das Finanças, forma dos Municípios se poderem financiar para não herdar uma coisa destas.-----

----- Quando o Senhor Vice-Presidente dizia que isto não estava nas suas contas, compreendia-o perfeitamente, até porque não podia estar, estava na AMTRES, acrescentando que a AMTRES não era filtro de nada para as responsabilidades de endividamento das Câmaras envolvidas na TRATOLIXO. Existia um parecer jurídico a dizer que a AMTRES não servia de filtro, a qualquer momento, podia obrigar a reconhecer o endividamento da TRATOLIXO nas Câmaras.-- -----

-----O assunto foi muito discutido e havia Presidentes de Câmara que estavam dispostos a pegar no novo modelo de apoio às Autarquias, não reconhecendo o endividamento para o endividamento global, mas levá-lo ao Senhor Ministro das Finanças e dizer que não podia ser considerado no valor do endividamento das Câmaras. -----

-----Se o assunto fosse bem estruturado, eventualmente, poderia ter sido tratado nessa altura, mas não foi. -----

-----Podiam perguntar quando é que irá ser e aí só poderá responder que era um problema político, aos políticos caberá encontrar a solução, à Administração da TRATOLIXO só caberá fazer um Orçamento muito claro, com todas as componentes, com a origem de todos os custos.--

-----Saiu legislação que responsabiliza os Senhores Presidentes de Câmara pelos desvios tarifários ao fim de sessenta dias, reconhecidos pelas empresas e terão que lá colocar dinheiro, não há mais o acumular à espera de...-----

-----Não será possível fazer transferências de capital, nem dar subsídios ao investimento, nem à exploração, mas ficavam obrigados a fazer equilíbrios financeiros com sessenta dias de intervalo, de modo que acreditava que chegou ao fim do “empurrar com a barriga”. -----

-----No novo Orçamento irão considerar a tarifa de exploração e as restantes coisas terão que ser encaixadas e terá que ser encontrada forma de financiamento a médio e curto prazo para acabar com esse monstro.-----

-----O **Senhor Vice-Presidente** imaginando que se queria consolidar a dívida, inquiriu como é que o rateio era feito, respondendo o **doutor Domingos Saraiva** que os quarenta e quatro milhões não lhe ofereciam dúvidas, o restante, em valores de propriedade, questionando o **Senhor Vice-Presidente** se de forma uniforme,volvendo o **doutor Domingos Saraiva** que sinceramente não sabia, mas como até ao mês de Fevereiro teria que fazer novos estatutos por força da nova legislação, teria que ser feito novo pacto social da empresa, desconhecia se havia pessoas interessadas em ficar na TRATOLIXO, na medida em que com a limitação da



Câmara Municipal  
de Oeiras

remuneração, com todo o respeito que tinha pelos Senhores Vereadores, porque até achava que ganhavam pouco, desconhecia se haveriam profissionais disponíveis, quando se comparava um Administrador Executivo da TRATOLIXO a movimentar quarenta e quatro milhões de euros e um Administrador Executivo da VALORSUL que movimentava trinta milhões, porque é que um estava indexado com oitenta por cento de salário do Senhor Primeiro Ministro e os outros não, dando ideia que qualquer dia as empresas passavam a serviços camarários. -----

----- Irão ficar apenas dois Administradores, o número não era importante, mas o segundo Administrador receberá oitenta por cento da remuneração de um Vereador, enquanto que o Presidente, a partir de Fevereiro, passará a receber mil e oitocentos euros, implicando isso outras coisas, ou seja, com a diminuição dos salários dos Administradores terá que haver uma diminuição de todos os salários dos trabalhadores da TRATOLIXO, perguntando como se irá dizer a engenheiros com vinte ou quarenta anos de carreira e bons profissionais, que vão passar a receber mil e duzentos euros por mês. -----

----- Depois da tarifa terão que ser estudados os modelos de gestão para as duas empresas. Pensa que não valerá a pena pensar no modelo de gestão de uma empresa multimunicipal integrada, porque se há três anos isso fazia sentido, neste momento já não fará, se calhar valerá a pena, durante um período até se ajustar, adotar o modelo chinês, um sistema, duas tarifas, alegando o **Senhor Vereador Marcos Perestrello** que até pagar o passivo que levava às costas, mas isso implicava uma tarifa muito elevada, retorquindo o **doutor Domingos Saraiva** que se houver bons estudos e se se trabalhar bem, não serão elevadas, na medida em que o importante era secionar as tarifas, porque os custos adicionais eram outros, observando o **Senhor Vereador Ricardo Rodrigues** que não se levava às costas só coisas más, também existiam coisas boas, da maneira como se falava parecia que a resolução da TRATOLIXO só implicava coisas más e não era verdade. -----

----- O **Senhor Vice-Presidente** lembrou que a TRATOLIXO estava em incumprimento

para com o Sindicato Bancário, de modo que gostaria de saber qual era a atitude do Sindicato Bancário, se era deixar andar, ou se havia alguma expectativa de ser acionada alguma garantia, se existia alguma garantia, qual era a responsabilidade dos Municípios e como se dividia a quota-parte pelos Municípios, respondendo o **doutor Domingos Saraiva** que estavam muito magoados com a carta que receberam e, por isso, estavam mais preocupados em resolver isso do que resolver o problema propriamente dito. -----

-----O **Senhor Vereador Marcos Perestrello** pegando na intervenção do Senhor Vice-Presidente, lembrou que foi dito que a qualquer momento poderá ser requerida a existência de responsabilidade dos Municípios, de modo que gostaria de saber quem é que a requeria.-----

-----O **Senhor Presidente** disse que eles já tentaram, acrescentando que o problema da Câmara Municipal de Oeiras era o de todas as Câmaras, de modo que o assunto teria que ser resolvido pelas quatro Câmaras envolvidas. -----

-----Por fim agradeceu à Administração da TRATOLIXO, na medida em que estar a desenvolver uma missão dessas nas condições em que o estavam a fazer, era meritório e necessitavam de ter um grande estofo.-----

### **3 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----**

-----Às vinte horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora Municipal de Administração e Desenvolvimento Organizacional. -----

**O Presidente,**

**A Diretora Municipal,**